



INTERPRETAÇÕES SOBRE O BRASIL CONTEMPORÂNEO

Claudio Salm

AdUFRJ

UMA INTERPRETAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL CONTEMPORÂNEO (anotações para uma aula)

Claudio Salm

INTRODUÇÃO

A aula não trata de “intérpretes” do Brasil (Sergio Buarque, G. Freire...).

Tampouco é uma aula de História. Entendo como sendo a minha percepção do que vem a ser o Brasil do **ponto de vista econômico**.

“Contemporâneo”, digamos, a partir de Vargas, 1942 ou em torno de 1942.

Por que 1942? Porque fatos muito importantes aconteceram em 1942 (ou em torno de), tais como:

- O Brasil opta pelos Aliados e declara guerra à Alemanha.
- A guerra começa a virar em Stalingrado onde o Exército Vermelho derrota os nazistas em 1943.
- Volta Redonda entra em funcionamento. Volta Redonda com a ajuda americana em troca da colaboração brasileira com os aliados na 2ª guerra. É o maior símbolo do início do nosso esforço de industrialização.
- Em 1944/45 O debate Simonsen x Gudín, sobre qual seria a verdadeira vocação do Brasil: agrícola ou industrial.

O LEGADO PRÉ-INDUSTRIAL

Um pouco do Brasil pré – contemporâneo / algo do legado primário-exportador

Extensão do mercantilismo europeu; características:

1. Coleta, extração, culturas de exportação (os famosos ciclos – Pau Brasil, açúcar, ouro, borracha, cacau, café, etc.), minérios...
2. Grande concentração de terras; complexo latifúndio & minifúndio.

Condições essas que configuram um **sistema liberal-oligárquico**.

Liberal em função de seu profundo envolvimento com o comércio mundial: o “desarrollo hacia afuera”. Sempre fomos, até então, pelo livre comércio, livre-cambistas;

Oligárquico, internamente - pela concentração do poder e da riqueza/terra conferindo **caráter despótico** às relações de trabalho.

Aliás, está na pauta do debate atual a relação entre o liberalismo econômico e o autoritarismo político; não apenas são compatíveis, mas têm demonstrado ser complementares. Essa característica do Brasil – liberal-oligárquico -, marcante desde sempre, permanece a despeito de todas as mudanças ocorridas no Brasil contemporâneo. Expressão caricatural disso é a dupla Bolsonaro & Paulo Guedes.

Que país temos no limiar da era Vargas (pré - 1930)?

Um país rural, heterogêneo, muito desigual, com uma enorme concentração de propriedade e, portanto, com grandes diferenças de padrão de vida.

Contudo, um país capitalista, ao menos **formalmente capitalista**, na medida em que os 3 fatores básicos de produção (terra, trabalho e capital) possuem mercados, são objeto de compra e venda, são mercadorias enfim (Polanyi). Com todo o despotismo característico das oligarquias rurais, não há servidão pp dita.

Nota: Sei que isso é polêmico e que a **formação econômica** brasileira comporta outras interpretações que enfatizam traços feudais ou semif feudais (coronelismo, mandonismo, inclusive, óbvio, escravidão).

Entre as implicações próprias do chamado “subdesenvolvimento” e crucial para entender o desenvolvimento / industrialização que seguiria, destaco:

Complexo latifúndio & minifúndio (Rosenstein Rodan) e a disponibilidade de trabalhadores – Num nível mais geral, na genial formulação de Sir Arthur Lewis, implica em: **oferta ilimitada de L** (explicar), portanto baixos salários, característica básica para explicar a estrutura salarial concentrada, a péssima distribuição pessoal da renda, bem como, também, a concentração funcional (salários x rendas da propriedade).

Essa “oferta ilimitada de mão-de-obra” vai predominar pelo menos até os anos 2000.

Um parêntese – oferta ilimitada de mão-de-obra - que sempre foi consensual, agora vem sendo reinterpretada. O historiador, autor do livro sobre o Barão de Mauá – o Jorge Caldeira – vai contra a importância atribuída à dualidade latifúndio x minifúndio bem como à disponibilidade

de mão-de-obra barata, noções bem estabelecidas da nossa história econômica para dizer que na verdade somos um país de “pequenos empreendedores”, enfim, não somos esses miseráveis inventados pelos marxistas, mas um enorme Vale do Itajaí incompreendido.

Retomando, embora seja algo especulativo, a meu ver, a oferta ilimitada de mão-de-obra teria chegado ao fim no início desse século. Ou seja, daqui para a frente, o pleno emprego passa a pressionar os salários. É o que teria permitido a recuperação do salário mínimo com FHC e especialmente com Lula.

Ou seja, o Brasil contemporâneo emerge de um país majoritariamente rural (3/4 da população?), de mão-de-obra abundante, analfabeta e barata, dominado politicamente por um sistema liberal=oligárquico.

O BRASIL CONTEMPORÂNEO

Do ponto de vista econômico o que marca o Brasil contemporâneo é o seu esforço de **industrialização**, pelo menos até 1980, percebida, por todos, a industrialização, como sinônimo de desenvolvimento.

Cabe começar aqui lembrando o debate Simonsen x Gudin, ainda no interior do governo Vargas (1944/45) sobre qual seria a verdadeira vocação do Brasil:

Gudin (pai do nosso liberalismo): o Brasil é um país essencialmente agrícola e o Estado deve se retirar da atividade econômica.

Roberto Simonsen (líder industrial): defende forte presença estatal para apoiar a industrialização do país. Um **nacional desenvolvimentista**.

A atualidade do debate! Poucos ousariam negar que Simonsen foi o vencedor do debate. **Mas, será que foi mesmo?**

O Brasil, até o final dos anos 40, dependente da exportação de alimentos e matérias primas, inicia (2º governo Vargas) seriamente sua industrialização, seu desenvolvimento “hacia adentro”.

Não é o caso de retomar aqui a história desse processo de industrialização (via substituição de importações, reserva de mercado, investimento público).

Basta dizer que já no final dos 70, verificamos forte presença de manufaturados na nossa pauta de exportações. (Hoje, ela voltou a ser predominantemente de alimentos e matérias primas. “Reprimarização do Brasil”?).

Na década de 1970, o Brasil pode ser considerado um país de **capitalismo maduro**. Já não é apenas formalmente capitalista, mas realmente capitalista, pois teria completado a estrutura própria de uma economia capitalista, na medida em que construiu significativo **setor de bens de capital** (explicar) além de **sofisticado mercado financeiro** (esqueçam por um momento a palavra “financeirização”, de conotação tão negativa hoje em dia).

Possuir um setor de bens de capital faz toda a diferença. É um país capitalista que pode caminhar com seus próprios pés. É um país que internaliza um dos traços mais diabólicos do capitalismo: está condenado a crescer. Se não crescer, o setor de bens de capital fica ocioso; é a crise, o desemprego. Agora, portanto, um país sujeito a ciclos, crises e recessões.

E àquela altura, já um país predominantemente urbano. Note-se que a urbanização torna as crises mais dramáticas. No campo, o desempregado se refugia no minifúndio, na sua rocinha, na sua miséria escondida. Na cidade, é visível e não há para onde correr. (A criminalidade é uma alternativa, mas não vamos nos meter em seara alheia).

Uma interpretação da industrialização brasileira

A industrialização brasileira se faz no marco / no contexto da 2ª Revolução Industrial (± 1860 a ± 1980). Ou, na era da modernidade. O Brasil, torna-se um país “moderno”, mas que não vem se dando muito bem com a pós-modernidade, com a 3ª Rev Ind., da informática.

Características da 2ª Rev Ind.

Eletricidade, Siderurgia (altos fornos), química, motor a explosão interna;

C & T se incorporam à produção;

Linhas de montagem, Taylorismo - fordismo.

Importância de **Economias de Escala**.

Assistiremos a três décadas de industrialização acelerada; Brasil um verdadeiro sucesso no contexto da 2ª Rev. Ind... e *pour cause*:

Em economês, temos uma dotação de fatores muito adequada à Função de Produção (explicar) típica da 2ª Rev Ind. Ou, a Função de Produção típica da 2ª Rev Ind é bem adaptada à nossa dotação de fatores:

Intensiva em mão-de-obra pouco qualificada, pelo menos nos postos do chão de fábrica (Carlitos em Tempos Modernos). Apenas uma minoria qualificada (torneiros, etc.) para o quê o SENAI deu conta.

Assim como intensiva em insumos/matérias primas (minérios...).

Terra em extensão; expansão da fronteira agrícola com baixa produtividade. Isso possível pela abundância de mão-de-obra, terras e outros recursos naturais.

Enfim, uma Função de Produção predadora, poluidora, moinho de mão-de-obra pouco qualificada e que dispensa maiores investimentos em educação.

Razoável acumulação de capital. Taxa de investimento > 20% do PIB. (Mais ou menos: 4% estatal, 4% estrangeiro e 15% privado nacional).

Nos anos 50 e 60 aproveita o “apetite” das multinacionais por investirem mundo afora. Preferencialmente, claro, em países, como o Brasil, com mercados internos capazes de apoiar economias de escala, e **protegidos**. (diretor da VW, 1958: “O Brasil é um país de rendas ocultas”).

Alemães, Japoneses, franceses, etc. A indústria automobilística (embora até hoje, mais de meio século depois, não fomos capazes de criar uma marca nacional de automóvel com alguma presença mundial).

Outro parêntese: Concentração e proteção são, sem dúvida, característica marcantes do nosso capitalismo. Vejam a discussão atual sobre os juros absurdos praticados no Brasil a despeito da queda na taxa SELIC, e a concentração bancária.

Esse processo vai bem até o final da década de 70, com elevadas taxas anuais de crescimento do PIB (e grande endividamento externo).

Como já foi dito, um crescimento mais por incorporação de fatores (mão-de-obra pouco qualificada, incorporação de terras) que por ganhos de produtividade.

Não é que não tenha havido aumento de produtividade média do trabalho, mas ela ocorreu muito mais pela transferência de mão-de-obra de setores de baixíssima produtividade, essencialmente do campo, para setores de produtividade mais elevada, urbano-industriais.

Tudo isso facilitou (promoveu?) a maior transição/transposição rural – urbana da História da humanidade (EEUU foi urbana – urbana).

Recentemente e cada vez mais o Brasil enquadra-se como “país de renda média”, não só por sermos efetivamente um país de renda média – algo em torno dos 12 mil US per capita -, mas principalmente por embutir a noção que são países presos a uma espécie de armadilha da qual têm dificuldade de sair. Mas não nos adiantemos.

De 1980 em diante, o Brasil entra num processo doloroso, lento, mas seguro de desindustrialização. **Precoce.** Verdadeira decadência econômica. **Atenção: a ênfase em precoce e não em desindustrialização.**

Em artigo recente na Carta Capital, Delfim Netto apresenta um gráfico bem ilustrativo. Ao final da guerra, tínhamos um PIB per capita (tomado como indicador de produtividade) de $\pm 15\%$ do PIB per capita dos EEUU. Em 1978/79, era de 36%! De lá para cá esse indicador relativo oscila, mas a tendência é clara de queda, para algo como 26% – “Três décadas de atraso” – é o nome do artigo.

O que houve?

Não existe explicação definitiva, ou consensual.

Política Econômica: a preocupação perene com a inflação levou (FHC e Lula) a manter juros elevados e, portanto, a valorizar o câmbio. (ver o Bresser Pereira).

Mas, creio, tem muito a ver também com a emergência da 3ª rev Ind, das TI's. Diante dela o país parece ter perdido o bonde da história.

Uma visão rápida do desempenho econômico do Brasil contemporâneo

Nos 30 anos que se seguem à 2ª guerra mundial – os 30 gloriosos! – o Brasil cresceu a uma taxa média de $\pm 7\%$ a.a. (um desempenho chinês).

Daí (anos 80) até o Lula (2002/2003), a taxa média cai para algo como 2,5% a.a. e o desemprego sobe a cada ano embora sempre em níveis “suportáveis”. Entre 5 e 7% (metade do de hoje).

Vem então o boom das commodities (**CHINA!**) e o “milagrinho do Lula” (**2004 a 2008**), com uns 5% a.a. de crescimento do PIB. Graças a isso pagamos o FMI, fizemos superávit fiscal, elevamos o SM, acabamos com o desemprego, Bolsa Família, entre outras coisas que colocam, hoje, o Lula em 1º lugar nas pesquisas.

Teria sido a hora de iniciar o salto para o crescimento com aumento de produtividade – sair da armadilha da renda média.

Não deu. Segue-se a Dilma que vai experimentando taxas decrescentes de crescimento até conseguir chegar à maior recessão da história do Brasil em 2015.

(Se houver tempo: Joaquim Levy, “políticas” econômicas – ‘agenda FIESP’ – **retração empresarial**. André Singer e a conspiração/greve patronal).

E dela, recessão, não saímos realmente até hoje. O desemprego chega a 13%, o maior das séries históricas disponíveis.

Em consequência, a **crise fiscal**.

Para uns, trata-se de conversa “neoliberal”, “austericídio”. Para outros, e eu me incluo, o nosso maior desafio. Para todos, sem crescimento não há como recuperar as receitas públicas e portanto, não há como superar a crise fiscal.

Os motores do crescimento estão parados, emperrados. Muito depende do Investimento público. Como financiá-lo?

Em 1942 Stephan Zweig, refugiado aqui e grande admirador do Brasil entre outras razões, pela nossa **tolerância**, havia terminado de escrever “**Brasil, o país do futuro**”. Qual seria o título se o livro fosse escrito hoje?

Diante da prostração econômica e o sentimento de frustração decorrente, nosso maior desafio atual, creio, é o de barrar o fascismo que costuma crescer em tempos como esse.

A dimensão da crise fiscal. Vejamos alguns números sobre a dimensão da crise e, a seguir, podemos discutir as várias propostas de ajuste.

Déficits sucessivos (e juros altos) a partir de 2015, pela queda da receita provocada pela recessão, levaram a dívida pública a algo como R\$ 4,5 trilhões! De 50/55% do PIB em 2014 a algo, hoje, como 77%.

O TAMANHO DO AJUSTE NECESSÁRIO. Alguns números.

Sobre a dívida incide uma taxa de juros média de 7 ou 7,5%. Algo como 330 a 350 bi.

Déficit primário: 2; 2,5% do PIB. Uns 140 bi

Portanto, 450 a 500 bi a mais, anuais, se quisermos apenas estabilizar a dívida pública federal.

Para crescer, por mais que se queira atrair capital estrangeiro (“vendendo tudo” como quer o Paulo Guedes, guru do Bolsonaro), precisamos retomar algo do investimento público. Quanto? Impossível dizer. Mas, já tivemos 4% do PIB (anos JK) e hoje estamos com bem menos de 1%. Digamos a metade, 2,5, o que significa um aumento de uns 65 ou 70 bi

Somando, isso significa uns 550 a 600 bi a mais apenas para estabilizar a dívida e dar um impulso para retomar o crescimento. Nem estamos falando dos investimentos necessários para uma mudança de paradigma que nos permita crescer com base no aumento de produtividade.

Equivale a quase 10% do PIB!

Esse é o tamanho, aproximado, do ajuste necessário.